



A PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR E A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA

Sandra de Castro de Azevedo

sandrinhacp@yahoo.com.br

Felipe Moretto Moura

femoretto.fm@gmail.com

Resumo

Para refletirmos sobre a educação básica temos que considerar diversas variáveis, sendo a formação de professores, uma variável muito importante. A governança educacional tem se dedicado a tratar essa temática, e um resultado importante deste processo é a resolução CNE/CP 2 de 19 de fevereiro de 2002 que define a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, e estabelece 400 horas de práticas como componente curricular (PCC) que visam ampliar a vivência práticas dos graduandos, para além dos estágios. Houve certa dificuldade na aplicação da prática a partir de sua implementação pela falta de orientação, cada curso entendeu e definiu a prática como componente curricular de acordo com as condições e entendimento da Instituição. Para analisar a política educacional este trabalho utilizou o Ciclo de Política de Ball buscando entender o processo de produção da lei e sua aplicação. Propomos aqui uma metodologia de análise de livros didáticos como efetivação de 30 horas da PCC, buscando uma aproximação entre os conteúdos trabalhados no âmbito acadêmico e escolar, bem como a aproximação do graduando ao cotidiano escolar. A importância do trabalho se dá diante da carência deste tipo de análise, pretendendo contribuir com a discussão sobre a formação de professores de geografia, assim como destacar e questionar o papel importante do livro didático no processo de ensino. Conclui-se que tal tipo de análise proposta a graduandos, enriquece de diversas formas aos alunos em formação, de mesmo modo que traz a articulação necessária ao conhecimento fragmentado da ciência geográfica.

Palavras-chave: Geografia Escolar; Formação de professores; Livro Didático.

Introdução

Pensar a formação inicial de professores não é tarefa simples, associar os conteúdos trabalhados na academia ao cotidiano escolar pode se tornar uma tarefa extremamente difícil.

Buscando amenizar essas dificuldades este trabalho visa contribuir com a formação de professores atendendo às normas da resolução CNE/CP 2 de 19 de fevereiro de 2002 que institui 400 horas de práticas como componente curricular através (PCC) de uma proposta

metodológica de análise de livros didáticos, possibilitando a aproximação do aluno em formação com a realidade do cotidiano escolar e com os conteúdos, análise e utilização do material mais difundido dentro dos espaços escolares.

A implementação de tais horas, amplamente discutidas pela dificuldade de sua aplicação e a necessidade da vivência do indivíduo em formação com práticas e reflexões pedagógicas, tem na proposta apresentada por este trabalho a tomada de uma metodologia, que além de contribuir com o debate apresenta uma possibilidade de aplicação das horas propostas pelo PCC.

O percurso metodológico deste artigo teve início com as discussões que norteavam a reorganização do Projeto Pedagógico do Curso, após análise da documentação sobre a formação de professores, da bibliografia sobre práticas como componente curricular, elaborou uma metodologia para a aplicação da análise do livro didático como implementação da PCC no curso de Geografia Licenciatura da UNIFAL-MG, após o desenvolvimento desta metodologia durante alguns anos, foi realizada a análise de todo o processo resultando neste artigo.

O presente trabalho divide-se em quatro partes principais, sendo a primeira a análise política no contexto de Ball, tratando como já salientado das disputas que envolvem a formação da política, a segunda parte trata a importância da prática como componente curricular na formação dos professores de Geografia e a análise de livro didático apresentando as diretrizes legais na formação de professores e a importância de se pensar sobre o livro didático.

Na terceira parte apresenta-se a metodologia de análise do livro didático, utilizada na complementação da formação dos alunos da Universidade Federal de Alfenas, e por fim a quarta parte que propõe a prática como componente curricular como possibilidade de articulação dos conteúdos geográficos por meio da análise do livro didático, apresentando os benefícios e as reflexões que a análise do livro pode promover dentro do curso de graduação.

É indiscutível que a formação de professores de geografia articule os conceitos específicos da área de formação com as concepções e práticas pedagógicas e a análise de livro didático como componente curricular é um meio de atingir esse objetivo.

Análise Política no contexto de Ball e as políticas educacionais



As Políticas Educacionais estão cada vez mais presentes seja na formação de professores seja na educação básica. Desta forma é necessário um olhar atento e a ampliação de pesquisas neste campo da educação. Neste presente texto propomos uma análise da prática como componente curricular, implementada pela Diretrizes Nacionais de Formação de Professores de 2002 por meio da análise de livros didáticos resultantes do Programa Nacional do Livro Didático.

Para embasar nossa análise trazemos a conceituação do ciclo de políticas descrito por Ball e Bowe, no qual se dá relevância aos diferentes grupos que através dos diferentes embates, consolidam seus interesses na influência, produção do texto (política), através da prática ou diante de seus resultados (efeitos), que de modo não sequencial se relacionam dando diferentes significados a política (produção dos livros e a formação de professores), ou como apresentam os autores, tais políticas podem ser ressignificadas a partir dos diferentes contextos (BALL, 2001; MAINARDES, 2006).

O contexto da influência geralmente é que dá base as definições das finalidades da educação, neste momento é que se dão os espaços de disputa, “Atuam nesse contexto as redes sociais dentro e em torno de partidos políticos, do governo e do processo legislativo. É também nesse contexto que os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso de base para a política” (MAINARDES, 2006, p.51).

A formação de professores e os livros didáticos interferem diretamente na definição do projeto de educação estabelecido, por isso são objetos de disputas por vários setores da sociedade, sejam os que buscam uma educação transformadora, os que buscam uma educação para o mercado de trabalho ou os que entendem a educação como mercadoria.

Já o contexto da prática, onde ocorre recontextualização das políticas, em um movimento que se correlaciona aos outros contextos, mas não eliminando todas influências sobre os processos, de forma que podem ser “recriadas” de acordo com a prática dos diferentes indivíduos

A recontextualização ocorre tanto no seio quanto entre os campos “oficial” e “pedagógico”. O primeiro é “criado e dominado pelo Estado” e o segundo consiste nas “pedagogias nas escolas e universidades, departamentos de educação, revistas especializadas e fundações privadas de investigação” (p. 48). Estes campos constituem-se de forma diferente em distintas sociedades. Em resumo, as políticas nacionais necessitam ser compreendidas como o

produto de um nexo de influências e interdependências que resultam numa “interconexão, multiplexidade, e hibridização” (Amin, 1997, p. 129), isto é, “a combinação de lógicas globais, distantes e locais” (p. 133) (BALL, 2001, p. 102).

Na prática muitas vezes a lei (contexto de influências e contexto da produção de texto) são ressignificados gerando diferentes resultados e efeitos.

A importância da Prática como Componente Curricular na formação dos professores de Geografia e a análise de livro didático.

A formação de professores é uma temática bastante discutida e que desperta interesse em várias esferas, seja ela econômica política ou social. Existe uma ampla discussão que envolve as questões pedagógicas, conhecimentos específicos e relação teoria e prática como o estágio e a prática pedagógica. Neste artigo propomos uma reflexão sobre a prática Como componente curricular.

A Resolução CNE/CP 2 de 19 de fevereiro de 2002 que Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior determinou a seguinte carga horária,

Art. 1º A carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática garantida, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso;

II - 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso;

III - 1800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural;

IV - 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais. (BRASIL, 2002, s/p.) (Grifo nosso).

A determinação de 400 horas de práticas como componente curricular mais as 400 horas de estágio, causou muito estranhamento e muitos cursos não sabiam como implementar. De acordo com Honório et al. (2017 p.39) “Essa imposição de 800 horas de atividades práticas foi o que mais provocou discussões nas instituições de ensino superior no momento de implementar



os projetos pedagógicos a fim de atender essas determinações legais.” Mesmo com o parecer CNE/CP9/2001 trazendo algumas explicações muitos não sabiam como implementar.

Nos cursos de formação de professores, a concepção dominante, conforme já mencionada, segmenta o curso em dois pólos isolados entre si: um caracteriza o trabalho na sala de aula e o outro, caracteriza as atividades de estágio. O primeiro pólo supervaloriza os conhecimentos teóricos, acadêmicos, desprezando as práticas como importante fonte de conteúdos da formação. Existe uma visão aplicacionista das teorias. O segundo pólo, supervaloriza o fazer pedagógico, desprezando a dimensão teórica dos conhecimentos como instrumento de seleção e análise contextual das práticas. Neste caso, há uma visão ativista da prática. Assim, são ministrados cursos de teorias prescritivas e analíticas, deixando para os estágios o momento de colocar esses conhecimentos em prática. (BRASIL,2002, p.22)

Neste texto trabalhamos com o entendimento de que a prática como componente curricular tenha uma função de ampliar a relação teoria e prática para além dos momentos de estágio, mas não desarticulada do mesmo e que essas práticas sejam realizadas ao longo do curso, não necessariamente nas escolas e por professores que não necessariamente sejam orientadores de estágio, levando com isso mais professores formadores de professores refletirem sobre estratégias que levem seus alunos, futuros professores a pensar as dimensões do processo ensino-aprendizagem, fortalecendo assim a identidade dos cursos de formação de professores.

A PCC ao longo do currículo deve ser planejada já no Projeto Político Pedagógico do curso, contendo o mínimo de 400 horas. Ela tem como função propor possibilidades de reflexões coletivas e individuais sobre a situação de ensino aprendizagem. Pode-se observar que as legislações mencionadas neste estudo tentam esclarecer o papel da prática ao longo do currículo, seu objetivo e em quais momentos ela pode ocorrer. Contudo, a legislação em tela não fornece exemplos ou menciona atividades específicas que poderiam ser realizadas para desenvolver a PCC. Formular como esse componente curricular pode se materializar nos currículos é, atualmente, talvez, um dos grandes desafios dos cursos de formação de professores (PEREIRA e MOHR, 2017, p.35)

Por meio das ideias de Pereira e Mohr conseguimos perceber que apesar de ter se passado quinze anos da implementação das práticas como componentes curriculares, ainda existem muitas dúvidas de como implementar.

Pode-se observar que os documentos legais propõem, desde o ano de 2001, a inserção de 400 horas de PCC ao longo de todo o curso de formação de professores, com o objetivo principal de não deixar apenas para o estágio supervisionado o papel de preparação para a prática docente. Nesse sentido, o intuito é inserir em disciplinas do curso ou em tempo e espaço curricular

específicos momentos de discussão e reflexão a respeito da profissão. Os documentos ressaltam que a PCC não é o estágio supervisionado, o qual requer inserção na sala de aula e acompanhamento de um profissional da educação básica. A PCC objetiva aproximar o licenciando desde o início do curso da profissão e da prática docente, seja a partir de situações observadas em sala de aula, na própria escola ou com auxílio de tecnologias da informação, ou transcendendo essa aproximação, envolvendo articulações com órgãos normativos e executivos dos sistemas de ensino. Esses pressupostos foram reafirmados pelas novas DCNs de Formação Inicial e Continuada de Professores, no ano de 2015. (PEREIRA e MOHR, 2017, p.35)

Em 2015 foram aprovadas novas DCNs de formação de professores com mudanças significativas com relação a formação continuada e a inserção de alguns princípios que devem conduzir os cursos de formação de professores, mas com relação a prática como componente curricular não houveram mudanças na redação.

No curso de Geografia Licenciatura da Universidade Federal de Alfenas, a PCC está presente desde o primeiro período do curso e acontece por meio de diversas atividades, que buscam ampliar o entendimento dos alunos sobre o cotidiano escolar e sobre o processo ensino-aprendizagem da disciplina de Geografia na Educação Básica, uma das atividades realizadas nas disciplinas de Metodologia de Ensino de Geografia I e II é a análise de livro didático de geografia, do ensino fundamental II e do Ensino Médio respectivamente, articulado as ementas das disciplinas.

A opção por solicitar a análise do livro didático tem o objetivo de levar o aluno a refletir sobre os conteúdos que são trabalhados nas disciplinas na academia e os conteúdos que são trabalhados na geografia escolar por meio do livro didático, uma vez que esse é um importante instrumento de trabalho do professor em sala de aula. Também o objetivo de levar os alunos a refletirem sobre a produção de material didático, analisando todo seu processo e entendendo – o como uma oportunidade de campo de trabalho do licenciando.

Deste modo, ao se deparar com este tipo de atividade o professor em formação reflete sobre a própria função do livro didático dentro do contexto escolar ou seja, o papel do livro-didático no processo ensino-aprendizagem; os conteúdos no livro-didático e os discursos geográficos que eles trazem e de que forma os conteúdos refletem a materialização do saber acadêmico no cotidiano da sala de aula, anteriormente a sua atuação prática.



Não é possível negar a importância do livro didático no processo ensino-aprendizagem, o papel social e político que este carrega e leva para dentro da sala de aula, pois nas escolas brasileiras tem-se muitas vezes este como único recurso didático possível, como afirmam Silva e Sampaio (2014, p.183) “é necessário que se tenha livros didáticos de qualidade, que auxiliem os processos de ensino e de aprendizagem, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e atuantes frente às problemáticas vivenciadas na contemporaneidade.”.

As autoras ainda afirmam o livro como produto da cultura, como meio de reprodução e valores sociais, e a necessidade do conhecimento científico implícito a obra, uma vez que este é tomado como referência pelo professor, assim como pelos estudantes.

Dentre as importâncias que o livro didático traz ao meio escolar tem-se as funções que a ele podem ser atribuídas, sendo elas, de acordo CHOPPIN (2004) Apud MUNAKATA (2012) a referencial relacionada ao programa da disciplina, a instrumental vinculada a metodologia, a ideologia cultural que trata os valores da classe dominante e a documental relacionada aos documentos textuais e icônicos.

Outro aspecto pertinente a nossa análise é a tomada do livro didático como referência, e não como conteúdo absoluto em sala de aula, a diversificação dos conteúdos e a busca por outros tipos de materiais e atividades também são fundamentais no processo de ensino-aprendizagem.

Outro aspecto importante da análise do livro didático como PCC é que ela possibilita uma articulação dos conteúdos vistos em diferentes disciplinas do curso de graduação. A maioria dos cursos de Geografia possuem uma organização onde as disciplinas muitas vezes não dialogam, se articulam na dinâmica do curso, mas não há um diálogo presente entre elas e muitas vezes os graduandos ficam responsáveis por fazer este diálogo entre os conteúdos da disciplina.

Talvez aí residam as dificuldades de muitos egressos em serviço, a de conseguirem trabalhar os conteúdos que aprenderam no curso de Graduação. Muitas vezes, por verem de maneira isolada as disciplinas técnicas científicas das disciplinas pedagógicas, sentem dificuldades em pensar em metodologias de ensino de alguns conteúdos, tendo como destaque a Geografia Física, por ser mais abstrata e teórica, o que leva a uma desvalorização dessa área da Geografia. Faz-se necessário ressaltar que as disciplinas técnicas científicas são essenciais para a formação docente, uma vez que o professor só consegue ensinar o que sabe, ou seja, em momento nenhum pensamos em disciplinas com abordagens diferentes

do bacharel, seria importante que houvesse um momento para o aluno pensar em como esses conteúdos podem chegar à educação básica. (AZEVEDO, 2018, p.160)

E a prática como componente curricular possibilita essa reflexão do conteúdo da academia e sua aplicação na educação básica e o livro didático é um dos instrumentos que pode enriquecer este processo.

Proposta de Metodologia para Análise do Livro Didático

As reflexões que seguem abaixo são resultados da aplicação da análise de livro didático como implementação da prática como componente curricular, no curso de Geografia Licenciatura na Universidade Federal de Alfenas, essa atividade vem sendo desenvolvida desde 2015.

A atividade tem como objetivo levar os alunos a refletirem sobre os conteúdos de Geografia na educação básica e como estes estão articulados à concepção de educação presente nos livros didáticos, pois são construídos tendo como base uma visão de Geografia e uma concepção de educação.

Como a atividade demanda tempo para sua realização, os alunos se organizam em grupos e recebem as orientações e os livros didáticos para análise no início do semestre letivo. São orientados primeiramente a analisar o material como um todo. Essa primeira parte visa levar os alunos a analisarem os livros para além dos conteúdos de geografia e sim entender qual é o projeto presente no livro didático e como ocorre a articulação dos conteúdos de geografia com a abordagem pedagógica. É necessário que façam uma leitura do livro na íntegra, buscando responder às seguintes questões:

1. Qual a abordagem pedagógica é possível encontrar no material didático?

Essa questão leva os graduandos a refletirem sobre as abordagens tradicional, comportamentalista, humanista, cognitivista e sociocultural, é óbvio que um livro didático dificilmente estará declarado qual a abordagem que se segue e sabemos que as abordagens para ser identificadas devem considerar diversos aspectos como aborda MIZUKAMI (1986) a relação homem-mundo, a relação sociedade-natureza, conhecimento, escola, ensino-aprendizagem, professor-aluno e metodologia. No entanto a reflexão sobre essas abordagens



favorece e muito a formação dos alunos, em sua dimensão pedagógica e favorece uma articulação das disciplinas pedagógicas com o conteúdo de geografia.

2. Qual a concepção de geografia presente no material didático?

Essa questão leva os alunos a retomarem o conhecimento adquirido ao longo do curso e relacionar a História do Pensamento Geográfico no material didático, para isso é necessário que eles fiquem atentos a elementos específicos de cada corrente e período da história do pensamento geográfico.

3. Analisar se a concepção declarada na obra é confirmada no conteúdo e nas atividades?

Essa questão leva o aluno a ficar atento ao que o discurso da coleção apresenta e o que realmente consta no livro didático, levando o mesmo a ter uma leitura mais minuciosa da obra e dos conhecimentos geográficos.

4. Como é abordada a dualidade Geografia Física e Humana?

A dicotomia da Geografia está presente nos cursos de graduação e muitas vezes no livro didático, o que para o professor de geografia é um desafio, pois quando trabalhamos os elementos físicos e humanos separados, os alunos ficam com dificuldade de articular esse conteúdo com a realidade, pois ele a vivência em sua totalidade. O objetivo desta questão é perceber qual a visão da dicotomia o graduando possui e como vai lidar com ela.

5. Qual o tratamento dado a cartografia no material didático (Qualidade técnicas dos mapas, quantidade de mapas, reflexões sobre o mapa, correlação entre os mapas etc)?

Essa indagação é essencial, pois várias pesquisas comprovam que os professores de geografia da educação básica apresentam dificuldades em trabalhar cartografia com os alunos, muitas vezes ela é tratada de forma técnica ou ilustrativa e não como uma linguagem que vai auxiliar na representação de um fenômeno espacial. Ressaltamos ainda que muitas vezes o graduando em sua formação tem contato com uma cartografia sistemática e não com uma cartografia escolar, e essa etapa da atividade o leva a refletir como trabalhar essa cartografia escolar no processo ensino-aprendizagem de geografia.

6. O material didático incentiva o professor a utilizar outros materiais, a realizar pesquisas, a propor projetos?

Essa questão visa levar os alunos a analisar se o livro didático, traz um discurso de ser suficiente no processo ensino-aprendizagem ou se estimula o professor a não ficar dependente deste, propondo o uso de diversas linguagem, o protagonismo do aluno e a formação de um aluno pesquisador.

Já a segunda parte visa uma correlação entre o livro didático e as políticas curriculares, o objetivo desta etapa é levar os alunos a se aprofundarem nos documentos oficiais e entenderem qual geografia é proposta por eles, uma vez que essas políticas muitas vezes são a base para a produção desse material e acabam legitimando os conteúdos que devem ser ensinados

1. Após a análise mais geral do material didático, os alunos devem investigar se ele atende as competências e as habilidades para o ensino de geografia propostas nas políticas públicas curriculares nacionais e estadual.

Essa orientação leva os alunos a se debruçar nas políticas curriculares e a realizarem o desafios de articular as competências e habilidades determinadas nos documentos oficiais aos conteúdo do livro didático, além de levar os alunos a entenderem quais são os objetivos destes currículos, colocando os alunos na situação do professor regente que muitas vezes não consegue realizar um diálogo entre o livro adotado e as políticas curriculares.

2. Articulação entre os conceitos estruturados do ensino de geografia e os conteúdos no material didático, também considerando as orientações das políticas públicas curriculares.

O objetivo desta orientação é levar os alunos a compreenderem como as políticas curriculares abordam os conceitos estruturadores da geografia na educação básica e as estratégias que o livro didático encontra para inseri-los. Nesta questão fica nítido que os alunos de graduação em sua maioria possuem dificuldade em identificar os conceitos estruturadores da geografia no material didático, a não ser nos casos em que os conceitos estão explícitos.

Essas orientações propostas têm a intenção de levar os alunos a pensarem sobre todos os conteúdos de geografia aprendido no curso de Graduação em Geografia e de valorizar a prática como componente curricular. Defendemos que essa atividade contribui no atendimento das competências que devem ser consideradas na construção do projeto pedagógico dos cursos



de formação dos professores, de acordo com o Art. 6º. da Diretrizes de Formação de Professores.

(...)

III - as competências referentes ao domínio dos conteúdos a serem socializados, aos seus significados em diferentes contextos e sua articulação interdisciplinar;

IV - as competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico;

V - as competências referentes ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica;

VI - as competências referentes ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional. (BRASIL, 2002, s/p.).

Para além de atender o proposto na resolução, a atividade leva os alunos a pensarem no cenário de disputa na educação, de acordo com Ball e Bowe a interpretação também se faz como questão de disputa, os livros didáticos analisados sejam eles de uma política de Estado através do PNLD, ou de redes privadas, são produto destas disputas no sentido de efetivação de diversas e diferentes proposta de educação e geografia.

Portanto a utilização dos livros didáticos pode gerar diferentes efeitos, enfatizando o último contexto apresentado por Ball, nos atentamos a refletir então, de que modo os diferentes materiais analisados podem influenciar na construção de uma concepção pedagógica de educação, que a partir da metodologia de análise proposta possa vir a ser evidenciada aos graduandos, ou seja, os diferentes tipos de material e suas diversas finalidades, da mesma forma que aproxima ainda mais a estes professores em formação, do seu futuro campo de trabalho, a sala de aula.

Pensar a concepção do material também apresenta-nos outras reflexões fundamentais para a formação além da epistemologia geográfica, como a posição em que o indivíduo decide se orientar como profissional docente, “que tipo de professor quero ser?”, esta questão se apresenta como fundamental em meio a este tipo de análise, uma vez que a reflexão se dá a partir de conteúdos que se apresentam e de que forma estes podem ser abordados em sala.

Prática como componente curricular e possibilidade de articulação dos conteúdos geográfico por meio da análise do livro didático.

Apesar de ter sido implementada por meio da lei e não se apresentar de forma muito clara nos documentos oficiais as 400 horas de PCC é uma importante oportunidade para desenvolver atividades diversas com os alunos, relacionando os conteúdos pedagógicos e os diferentes conteúdos da Geografia, para além do estágio como propõe a DCN “§ 1º A prática, na matriz curricular, não poderá ficar reduzida a um espaço isolado, que a restrinja ao estágio, desarticulado do restante do curso” (BRASIL, 2002, p.5).

De acordo com a metodologia de análise de livro didático apresentada neste texto, consideramos que os questionamentos e as orientações se apresentam de forma extremamente pertinentes pois passam pelas questões geográficas e pedagógicas, bem como levam a reflexão individual sobre a prática profissional.

Possibilita verificar junto aos conteúdos apresentados sua consistência quanto a perspectiva educacional e geográfica, como estas atividades reforçam ou não o que se apresenta, deste modo também refletindo sobre a organização e planejamento dos conteúdos de um forma concisa e que faça sentido sob a perspectiva dos conteúdos e dos alunos.

Voltando ao ponto da análise do material em si, pode se salientar a amplitude dos temas trabalhados, não se atentando a um único conteúdo, abordando a geografia como uma totalidade, atentar-se na análise a dicotomia humana e física da geografia também se faz como uma forma de retomada dos conhecimentos construídos durante a formação, bem como integrá-los para a construção do conhecimento escolar que não seja fragmentado em sua prática, apesar dos livros didáticos analisados se apresentarem deste modo.

A ênfase dada às análises quanto a questão cartográfica traz a valorização da representação espacial a ser trabalhada com os alunos, ressaltando a importância da cartografia enquanto forma de linguagem utilizada na ciência geográfica, as diferentes formas de representação do espaço, interpretação, correlação, análise e síntese que podem ser construídas.

As constantes reflexões sobre cada um dos itens apresentados coadunam na construção de profissionais que busquem de fato a geografia que vem sendo construída dentro do âmbito acadêmico, e uma formação de professores que levem o conhecimento crítico, questionador, junto a uma perspectiva educacional ampla e inclusiva que atenda a todos e busque fazer sentido a realidade dos alunos do ensino básico.



Como se pode evidenciar neste caso, a adição na carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, a partir das DCN em 2002, vem contribuir de diversas formas no enriquecimento dos saberes do futuro profissional, principalmente o colocando em contato direto com os conteúdos e planejamentos docentes, aproximando deste modo a realidade do cotidiano escolar.

Considerações finais

Considerando o Ciclo de Política de Ball e Bowe podemos concluir que a inserção de 400 horas de prática como componente curricular nos cursos de formação de professores, pode ter resultado de um movimento de pesquisadores que entendiam que as instituições de formação docente estavam formando profissionais com perfil muito técnico ou até mesmo com viés muito voltado para o bacharelado. Mesmo as instituições entendendo essa inserção como um ganho importante para a formação de professores, na prática encontraram dificuldades para implementação das horas propostas pelo PCC, pois até hoje não está muito claro como se fazer. Cada curso, ainda que da mesma instituição, ressignificam essas 400 horas de acordo com suas condições, principalmente no que se refere a contratação do corpo docente e da ampliação da duração do curso.

No entanto a proposta de realizar análise de livro didático se apresenta como possibilidade de aproveitar tais horas para levar o aluno a pensar em sua prática pedagógica futura e também a se questionar sobre a produção do material didático que será utilizado por ele, ampliando sua visão crítica.

Com relação ao curso de Geografia, entendemos que a prática como componente curricular pode ser um importante instrumento para levar o graduando a reflexão na geografia em sua totalidade, superando os formatos fragmentados das disciplinas do curso.

No entanto entendemos que quando todos os docentes que trabalham nos cursos de graduação se entendem enquanto formadores de professores e ampliam seus conhecimentos sobre didática, psicologia da aprendizagem e geografia escolar, as horas de prática com componente curricular não serão mais necessárias enquanto uma imposição legal, pois serão consideradas essenciais nos cursos de formação de professores.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, S.C. Políticas públicas educacionais, formação de professores e precarização do trabalho no sul de Minas Gerais. In: FERREIRA, M.M; VALE, A.R, Org(s). **Dinâmicas geográficas no sul de Minas Gerais** - 1ed. -Curitiba: Appris, 2018. p.153-173.

BALL, S. J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. Currículo sem Fronteiras, v. 1, n. 2, p. 99-116, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://curriculosemfronteiras.org>>. Acesso em: 08. set. 2018.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 9, de 8 de maio de 2001. Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, DF, 2001a. Disponível em: Acesso em: 12 abr. 2015.

_____. Parecer CNE/CP nº 28, de 2 de outubro de 2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, de 6 de agosto de 2001, e discorre sobre a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, DF, 2001b. Disponível em: Acesso em: 12 mar. 2015.

_____. Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Brasília. DF, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>. Acesso 01 de abril de 2019.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 1/2002 de 18 de fevereiro de 2002 a. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília. DF, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf

HONÓRIO, Mirtes Gonçalves et al. As novas diretrizes curriculares nacionais para formação inicial e continuada de professores da educação básica: entre recorrências e novas inquietações. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 12, n. 3, p. 1736-1755, jul-set/2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v12.n.3.2017.8532>>.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educ. Soc. [online]. 2006, vol.27, n.94 pg.47-69. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302006000100003&lng=en&nrm=iso>.

MUNAKATA, Kazumi. O Livro Didático: alguns temas de pesquisa. In: Ver. Bras. Hist. Educ. Campinas, SP, v. 12, n. 3, p. 179-197, set/dez. 2012.

MIZUKAMI, M. G. N. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos da educação e ensino)

PEREIRA, B; MOHR, A. Origem e contornos da prática como componente curricular. In: MOHR, A, WIELEWICK, H.G, Org.(s), **Prática como componente curricular: que novidade é essa 15 anos depois?** – 1. ed. – Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017. p.19-38.

SILVA, L.M; SAMPAIO, A. A. M. Livros didáticos de geografia: uma análise sobre o que é produzido para os anos iniciais do ensino fundamental. Caminhos de Geografia Uberlândia v. 15, n. 52 Dez/2014 p. 173–185.